

À Prefeitura Municipal Ipueiras - Ce  
Comissão Permanente de Licitação

## RECURSO ADMINISTRATIVO CONTRA INABILITAÇÃO

PROCESSO N.º: TOMADA DE PREÇOS N° 013.23-TP-OBRAS

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REVITALIZAÇÃO DO CALÇADÃO DO AÇUDE DA CADEIA, JUNTO A SECRETARIA DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E RECURSOS HÍDRICOS DO MUNICÍPIO DE IPUEIRAS-CE**

A empresa **IMPERIUS SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES**, inscrita no CNPJ n° 25.011.748/0001-10, situada à Rua Dona Leopoldina, SN, Bairro Capitão José Linhares – Groaíras – Ce, neste ato representada pelo seu responsável legal, Sr. Natan Donato Roriz, Carteira de Identidade n°. 2003031065649 expedida em 26/08/2003, Órgão Expedidor SSPDS e CPF n° 008.023.853-03, solteiro, residente e domiciliado à rua Vereador Marcolino Olavo, 600, centro, cidade de Groaíras, Estado do Ceará, CEP: 62.190-000, e por Lucas Teotonio Do Nascimento, Engenheiro Civil, portador da Carteira Profissional do CREA-CE n° 50.412, inscrito no CPF sob o no 041.446.923-29 e Carteira de Identidade no 2004031009658 SSP-CE, **responsável técnico** pela mesma, vem, através deste, apresentar **RECURSO ADMINISTRATIVO CONTRA INABILITAÇÃO NA TOMADA DE PREÇOS N° 013.23-TP-OBRAS**, insurgindo-se contra a decisão da comissão permanente de licitação do Município de Ipueiras-Ce, que julgou como INABILITADA na supracitada Tomada de Preços, e o faz pelas razões que se seguem.

### 1.0 - RESSALVA PRÉVIA

A signatária manifesta, preliminarmente, seu respeito pelo trabalho do presidente da licitação e demais membros da comissão, e de todo o corpo de funcionários da Prefeitura Municipal de Ipueiras.

As divergências objeto da presente recorrente referem-se unicamente à aplicação da Constituição Federal, da Lei de Licitações e do Edital em relação ao procedimento licitatório em exame. Não afeta, em nada, o respeito da Signatária pela instituição e pelos profissionais que a integram.

No mais, o peticionário afirma seu total interesse e disposição em vir a prestar serviços a esta sociedade. No entanto, não pode deixar de questionar algumas inconsistências, equívocos e ilegalidades, presentes na **TOMADA DE PREÇOS Nº 013.23-TP-OBRAS**, que virão a prejudicar a recorrente e a este Município, que pode ser prejudicado com perdas econômicas.

## 2.0 – DA TEMPESTIVIDADE

Inicialmente, comprova-se a tempestividade deste recurso, tendo sido, portanto, cumprido o prazo pretérito de 05 (Cinco) dias úteis, respaldados pelos preceitos das Leis, mais especificamente da Lei Nº 8.666/1993, em seu art. 109.

Data de publicação no DOE/CE 14/07/2023 – fim de Prazo Recursal: 21/07/2023.

## 3.0 – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente **RECURSO ADMINISTRATIVO CONTRA INABILITAÇÃO** encontra base Legal no Art. 109, inciso I, alínea a, da Lei Nº 8.666/1993, de 21/06/1993, e suas alterações, na Constituição Federal, bem como no Edital de **TOMADA DE PREÇOS Nº 013.23-TP-OBRAS**

## 4.0 – DA MOTIVAÇÃO

No documento denominado como “013.23- ATA DE JULGAMENTO E ANÁLISE TÉCNICA”, publicada no portal de Licitações do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (<https://municipios-licitacoes.tce.ce.gov.br/index.php/licitacao/detalhes/proc/216985/licit/159498>) e extrato publicado na Página 185 do DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO | SÉRIE 3 | ANO XV Nº 132 | FORTALEZA, 14 DE JULHO DE 2023, a Comissão de Licitação declarou a impetrante como **INABILITADA**, sob alegação totalmente absurda e descabida, conforme podemos constatar adiante.

## 5.0 – DOS FATOS

A comissão de Licitação deste Município alegou em seus argumentos para inabilitar a impetrante, razões que a impetrante considera descabidas, equivocadas e errôneas, conforme colacionamos trecho da ata de julgamento da habilitação, logo abaixo:

do edital; / **IMPERIUS SERVIÇOS CONSTRUÇÕES EIRELI**, CNPJ: 25.011.748/0001-10, a empresa é declarada inabilitada pois não apresentou Atestado de Capacidade Técnica com objeto compatível, conforme itens 7.6.2 e 7.6.3 do edital; / **R7 SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES EIRELI** -

**28. IMPERIUS SERVIÇOS CONSTRUÇÕES EIRELI - CNPJ: 25.011.748/0001-10:**

A empresa apresentou a certidão de registro e quitação pessoa jurídica, e 1 (uma) Certidão de Acervo Técnico - CAT, porém elas não apresentam similaridade com o objeto proposto, sendo assim estando **INABILITADA** pelos itens 7.6.2 e 7.6.3 do edital

\_\_\_\_\_, de Sousa

**a) Sobre o item 7.6.2 e 7.6.3:**

**7.6.2.** Comprovação da capacitação **TÉCNICO-PROFISSIONAL**, mediante apresentação de Engenheiro Civil, detentor de Certidão de Acervo Técnico - CAT, expedida pelo CREA da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s), que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, relativo à execução de serviços semelhantes ao objeto dessa licitação.

**7.6.3.** Comprovação de capacitação **TÉCNICO-OPERACIONAL**, mediante apresentação de ao menos um Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por Pessoa Jurídica de Direito Público ou

Rua da Cidade José Costa Macedo, 01 - Centro | Ipuerbas - Ceará  
CNPJ: 08.888.888/0001-00

(88) 3685.1679  
www.ipuerbas.ce.gov.br



**IPUEIRAS**  
Município do Ceará



Privado devidamente assinado por pessoa física identificada, com o cargo/função, em favor da licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia similar ou superior, compatível com o objeto desta licitação.

Considerando a alegação desta comissão, que declara que o atestado apresentado não apresentam similaridade com o objeto proposto, vejamos a **Certidão de Acervo Técnico nº 290519/2023** no que diz respeito ao objeto:

**MANUTENÇÃO E LIMPEZA DE ESGOTO DE ÁGUAS SERVIDAS, ÁGUAS PLUVIAIS, PODA, CAPINAÇÃO E MANUTENÇÃO COM RECUPERAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO DE DIVERSAS DO MUNICÍPIO DE GROAÍRAS-CE.**

**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

O **MUNICÍPIO DE GROAÍRAS**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o Número 07.598.709/0001-80, localizada à Rua Vereador Marcolino Olavo, 770, Centro, Groaíras, Ceará, CEP 62.190-000, **ATESTA**, para todos os fins de direito, que a empresa **IMPERIUS SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES EIRELI ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o Número 25.011.748/0001-10, localizada à Rua Dona Leopoldina, SN, bairro Capitão José Linhares, Groaíras, Ceará, CEP 62.190-000, através de seu Responsável Técnico, o Sr. **LUCAS TEOTONIO DO NASCIMENTO**, Engenheiro Civil, portador da carteira profissional do CREA-CE número 50412D CE, CPF Nº 041.446.923-29 e RNP número 0611621266, prestou os serviços de **MANUTENÇÃO E LIMPEZA DE ESGOTO DE ÁGUAS SERVIDAS, ÁGUAS PLUVIAIS, PODA, CAPINAÇÃO E MANUTENÇÃO COM RECUPERAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO DE DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DE GROAIRAS - CE**, no período entre 13 de Maio de 2021 a 30 de Dezembro de 2022, conforme contrato Nº 1305.01/2021, de 13 de Maio de 2021 e obedecendo todas as NBR's, especificações e normas técnicas da ABNT.

Todos os serviços executados, acompanhados de suas respectivas quantidades, estão especificados abaixo:

Logo, é possível constatar similaridade quando no objeto cita **MANUTENÇÃO COM RECUPERAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO**, compreende-se que não se restringe somente a estradas e ruas, como também aos passeios que compõe essas vias e, em outras palavras, tanto o Objeto licitado como o apresentado em **ATESTADO**, trata-se de obras de **PAVIMENTAÇÃO** e, numa análise mais minuciosa é possível observar o seguinte:

<b>PASSEIOS</b>		
LASTRO DE CONCRETO REGULARIZADO ESP = 5CM	M2	1.750,00
CALÇADA DE PROTEÇÃO EM CIMENTADO C/ BASE DE CONCRETO	M2	1.750,00
CONCRETO NÃO ESTRUTURAL PREPARO MANUAL	M3	688,00
CONCRETO P/VIBR., FCK 50MPa COM AGREGADO ADQUIRIDO	M3	563,00
PISO PRÉ-MOLDADO ARTICULADO E INTERTRAVADO DE 16 FACES - e = 4,5 cm P/ PASSEIO	M2	950,00
PISO RÚSTICO DE CONCRETO RIPADO (0.50X0.50)m JUNTAS= 5cm ESP = 8cm	M2	655,00
PISO PODOTÁTIL EXTERNO EM PMC ESP. 3CM, ASSENTADO COM ARGAMASSA (FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO)	M2	233,00
FORMA DE TÁBUAS DE 1" DE 3A. 5 X	M2	100,00
PISO EM CONCRETO 20 MPA USINADO, ESPESSURA 7CM, INCLUSO SELANTE ELASTICO A BASE DE POLIURETANO	M2	770,73
JUNTA DE DILATAÇÃO À BASE DE MASTIQUE (1.00 x 1.00cm)	M	513,82
CONCRETO MOLDADO "IN LOCO" FCK ACIMA DE 50 MPa, INCLUSIVE LANÇAMENTO E CURA	M3	200,00
ALVENARIA DE PEDRA ARGAMASSADA (TRAÇO 1:3) C/AGREGADOS ADQUIRIDOS	M3	454,90

Os itens acima fazem parte dos serviços executados na recuperação de calçadas e passeios de vias públicas, que está totalmente de acordo com o objeto ora licitado.

Observa-se, também, que o edital não especifica os itens de maior relevância e, portanto, atestados que em seu interior contenham itens iguais, similares ou superiores aos que compõe o orçamento do presente objeto em licitação, deverão ser levados em consideração, embora o objeto não seja especificamente igual, pois a natureza dos itens apresentados demonstra a capacidade técnica e operacional de execução do referido objeto que está sendo licitado.

Destaca-se que esta empresa considerou, ao participar do certame, a Classificação (Curva) ABC, de acordo com o “**Documento de Orientação - Adsup 3/2012 (DO - Adsup 3/2012)**” do **Tribunal de Contas da União**, define:

*“É um método destinado a identificar amostra de itens de maior importância ou impacto, segundo uma variável predefinida, os quais merecerão tratamento diferenciado. Baseia-se na hipótese de que os itens de uma determinada população podem apresentar importância relativa variada, devendo a análise recair sobre aqueles mais significativos em relação à variável escolhida.”*

*“Nesse caso, a utilização da classificação ABC possibilita ao auditor focar a análise nos itens de maior relevância, por meio da seleção de amostra de maior importância da população. Por exemplo, considerando os itens do orçamento de uma obra. Os itens mais importantes (Faixa “A”) representam de 10 a 20% do número total de itens, mas respondem por cerca de 80% do valor total do orçamento. Já a Faixa “B” abrange cerca de 30% dos itens, que correspondem a cerca de 15% do valor total (itens de importância intermediária). A Faixa “C”, que inclui aproximadamente 50% dos itens, contém apenas cerca de 5% do valor total orçado (itens menos importantes).”*

Ainda segundo o “**Manual de Auditoria de Obras Públicas – Parte II: Procedimentos**; do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (2018)” define:

*“Curva ABC: tabela obtida a partir da planilha contratual ou do orçamento base da licitação, na qual os itens do orçamento são agrupados e, posteriormente, ordenados por sua importância relativa de preço total, em ordem decrescente, determinando-se o peso percentual do valor de cada um em relação ao valor total do orçamento, calculando-se em seguida os valores percentuais acumulados desses pesos.”*

A seguir, vejamos os itens que apresentam maior importância relativa de preço total do orçamento em questão (excluindo-se as composições próprias):

3.2	C0367	BANQUETA/ MEIO FIO DE CONCRETO PRÉ-MOLDADO (1,00x0,25x0,15m)	SEINFRA	M	1.801,41	50,47	90.917,15
3.7	C0361	LASTRO DE CONCRETO REGULARIZADO ESP = 5CM	SEINFRA	M2	2.012,00	47,81	95.193,72

Ao analisarmos os itens acima, conclui-se que: o item 3.2 apresenta maior importância relativa de preço total, compondo 18,03% do orçamento total, seguido pelo item 5.2 que compõe 17,04%, respectivamente, perfazendo um total somente nesses dois itens apresentados 35,07% do orçamento total da obra, sendo os demais percentuais compostos de composições próprias (que não constam em tabelas de referência como SEINFRA ou SINAPI) e itens de baixa importância relativa de preço.

Agora vejamos, os serviços semelhantes apresentados na seguinte certidão:

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO Nº 290519/2023

Pagina 6/7 da CAT apresentada

<b>PASSEIOS</b>		
LASTRO DE CONCRETO REGULARIZADO ESP = 5CM	M2	1.750,00
<b>DRENAGEM SUPERFICIAL</b>		
RECOMPOSIÇÃO DE MEIO FIO EM CONCRETO	M	1.898,00
MEIO FIO CONJUGADO C/ SARJETA, EXTRUSADO COM CONCRETO FCK 20 MPa	M	3.677,00
BANQUETA MEIO FIO DE CONCRETO MOLDADO NO LOCAL	M	3.458,00
BANQUETA/ MEIO FIO DE CONCRETO P/ VIAS URBANAS (1,00x0,35x0,15m)	M	3.689,00
ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ- FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA VIAS URBANAS (USO VIÁRIO)	M	3.965,00

Portanto, é evidente que os itens apresentados acima são iguais ou superiores aos itens de maior importância relativa de preço que compõe o presente orçamento de acordo com a Curva ABC.

Considerando o motivo totalmente descabido, tendo em vista que o ATESTADO apresentado atende perfeitamente as exigências editalícias e, preferindo acreditar na falta de atenção e observância dos membros da Comissão de Licitação deste Município, e não em má fé para com a impetrante, a licitante informa que cumpriu os itens 7.6.2 e 7.6.3, exatamente da forma como solicita o edital da Licitação.

Pelos fatos expostos acima, a impetrante ressalta que sua inabilitação foi totalmente injusta, errônea e equivocada, devendo, assim, a Comissão de Licitação deste

Município, rever sua decisão e considerar como habilitada a empresa IMPERIUS SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA, visto que **como mostrado acima, a signatária provou cumprir EXATAMENTE como exigido nos itens 7.6.2 e 7.6.3 do edital do certame em questão.**

Cabe aqui ressaltar e lembrar aos nobres julgadores que de acordo com o art. 3º, da Lei Nº 8.666/93, é vedado aos agentes públicos:

“A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.”

“§ 1º do Art. 3º da Lei Nº 8.666/93:

É vedado aos agentes públicos:

I – **admitir, prever, incluir ou tolerar**, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato

II - estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra, entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamentos, mesmo quando envolvidos financiamentos de agências internacionais, ressalvado o disposto no parágrafo seguinte e no art. 3º da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991.”

## 6.0 – DA JURISPRUDÊNCIA

Em discordância ao entendimento da Comissão de Licitação do Município de Ipueiras, que apresenta um notável excessivo rigor, convém mencionar também o *Princípio da Razoabilidade Administrativa*, ou *proporcionalidade*, como denominam alguns autores. A este respeito, temos nas palavras de Marçal Justem Filho:

“O princípio da proporcionalidade restringe o exercício das competências públicas, proibindo o excesso. A medida do limite é a salvaguarda dos interesses públicos e privados em jogo. Incube ao Estado adotar a medida menos danosa possível, através da compatibilização entre os interesses sacrificados e aqueles que se

pretende proteger. Os princípios da proporcionalidade e razoabilidade acarretam a impossibilidade de impor consequências de severidade incompatível com a irrelevância de defeitos. (In: Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos; 5ª Edição – São Paulo – Dialética, 1998.) (g.n)

Ressalta-se, ainda, que a jurisprudência majoritária reafirma a prevalência da busca pela proposta mais vantajosa, quando em conflito os formalismos, com o Princípio da Razoabilidade.

“Formalismo – Inabilitação de licitante por descumprimento de exigência editalícia. TRF 1a. R. decidiu: certo que a administração, em tema de licitação, está vinculada às normas e condições estabelecidas no Edital (Lei 8.666/93, Art. 41), e, especialmente ao Princípio da legalidade estrita, não deve, contudo (em homenagem ao princípio da razoabilidade), prestigar de forma exacerbada o rigor formal, ao ponto de prejudicar o interesse público que, no caso, afere-se pela proposta mais vantajosa” (g.n.)

Convém ressaltar que a comissão de licitação deve primar pelo maior número possível de participantes no certame, sobre tal ótica, vejamos o que diz o renomado Jurista Adilson de Abreu Dallari:

“Existem claras manifestações doutrinárias e já existe jurisprudência no sentido de que, na fase de habilitação não deve haver rigidez excessiva; deve-se procurar a finalidade da fase de habilitação, deve-se verificar se o proponente tem concretamente idoneidade. Se houver um defeito mínimo, irrelevante para esta comprovação, isto não pode ser colocado como excludente do licitante. Deve haver uma elasticidade em função do objetivo, da razão de ser da fase de habilitação, interessa consulta ao interesse público, que haja o maior número possível de participantes” (g.n.)

Com habitual precisão, Hely Lopes Meirelles ensina que:

“A orientação correta nas Licitações é a dispensa de rigorismos inúteis e a não exigência de formalidades e documentos desnecessários à qualificação dos interessados em licitar (...) É um verdadeiro estrabismo público, que as autoridades superiores precisam corrigir, para que os burocratas não persistam nas suas distorções rotineiras de complicar aquilo que a legislação já simplificou (...) Os administradores públicos devem ter sempre presente que o formalismo inútil e as exigências de uma documentação custosa afetam muitos licitantes e levam a Administração a contratar com uns poucos, em piores condições para o Governo”

Oportuno, a propósito, invocar a decisão abaixo, proferida pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, cuja orientação deveria ser seguida no julgamento do presente recurso, verbis:

“Visa a concorrência a fazer com que o maior número de licitantes se habilitem para o objetivo de facilitar aos órgãos públicos a obtenção de coisas e serviços mais convenientes a seus interesses. Em razão desse escopo, exigências demasiadas e rigorismos inconstitucionais com

a boa exegese da Lei devem ser arredados. Não deve haver nos trabalhos algum rigorismo e não primeira fase da habilitação deve ser de absoluta singeleza o procedimento licitatório” (In RDP 14/240)

Por isso, sem precisar de grande aprofundamento ou maiores explicações, dada a irrefutável comprovação, citamos apenas esclarecimentos acerca de leitura e interpretação errôneas acerca do motivo que inabilitou a recorrente, a referida inabilitação da empresa causa afronta direta ao princípio da legalidade (art. 37, caput da CF), segundo o qual a Administração Pública só é permitido fazer o que a Lei autoriza.

Frise-se que a administração pública obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência no julgamento das propostas, açambarcando-se na Constituição Federal, que estabelece em seu artigo 5º XXI, que ressalvados os casos específicos na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes.

Consoante as lições de Carlos Arl Sundfeld, “a ligação da Administração pública com a lei é, portanto, extensa e inafastável, podendo ser resumida como segue: a) seus atos não podem contrariar, implícita ou explicitamente, a letra, o espírito ou a finalidade da lei; b) a Administração não pode agir quando a lei não autorize expressamente, pelo que nada pode exigir ou vedar aos particulares que não esteja previamente imposto nela.”

Diante do exposto, e da ilegalidade da inabilitação supra, que veio a prejudicar a licitante acima qualificada, conforme edital de julgamento, requeremos que seja reformada a decisão de inabilitar a empresa citada, nos tornando habilitados e aptos para a próxima fase do certame.

**Art. 5º, inciso XXXV da Constituição Federal de 88:**

*“a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”*

**Lei 12.016 de 7 de agosto de 2009 em seu Art. 1º:**

“Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça.”

**7.0 – DA CONCLUSÃO**

Todas as condições de participação do licitante IMPERIUS SERVIÇOS CONSTRUÇÕES LTDA definidas no edital licitatório, e da Lei das licitações públicas (Lei Nº 8.666/93) e suas demais alterações, foram prontamente atendidas, ademais o julgamento deve se processar observando os princípios insculpidos no Art. 3º da Lei Federal 8.666/93, salvaguardando a competição e o interesse da administração pública buscado no certame.

A comissão de Licitação equivocou-se quando inabilita a impetrante de forma errônea, pois por tudo aqui exposto, ficou comprovado que a impetrante atendeu prontamente a Lei de Licitações Públicas e o Edital de **TOMADA DE PREÇOS Nº 013.23-TP-OBRAS** da licitação e depende apenas da interpretação correta e sadia desta douta comissão.

#### **8.0 – DO PEDIDO**

Assim sendo, Sr. Presidente e nobres Membros da Comissão de Licitação do Município de Ipueriras - Ce, a decisão aqui recorrida deve ser reformulada para reintegrar o referente processo, ante as evidências das razões de fato e de direito acima expostos.

Espera a recorrente que ao examinar as razões expostas, Douta Comissão de Licitação reformule sua decisão para reintegrá-la ao processo.

Caso não seja este o entendimento, que faça subir os autos, devidamente informados a autoridade superior para nova análise e deliberação.

A signatária requer que seja **HABILITADA** a empresa **IMPERIUS SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA**, haja vista o cumprimento de TODAS as exigências do Edital de **TOMADA DE PREÇOS Nº 013.23-TP-OBRAS**.

Nestes termos, pedimos bom senso, legalidade, observância e obediência aos princípios das Licitações (Isonomia, Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Igualdade, Publicidade, Economicidade e Eficiência, Probidade Administrativa, **Vinculação ao Instrumento convocatório** e Julgamento Objetivo) e **DEFERIMENTO**.

Requer ainda, que seja a empresa recorrente, devidamente intimada do julgamento para fins de seu pleno exercício constitucional de postular a análise judicial do ato administrativo hostilizado, na remota hipótese de desprovimento de seu recurso na fase administrativa.

LUCAS TEOTONIO DO  
NASCIMENTO:04144692329  
44692329

Assinado de forma digital  
por LUCAS TEOTONIO DO  
NASCIMENTO:04144692329  
Versão do Adobe Reader:  
11.0.23

Groaíras, Ce, 14 de Julho de 2023.

NATAN  
DONATO  
RORIZ:008023  
85303

Assinado de forma  
digital por NATAN  
DONATO  
RORIZ:00802385303  
Versão do Adobe  
Reader: 11.0.23